



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 17 DE NOVEMBRO DE 1995

*Excelentíssimo Governador do Rio de Janeiro, meu companheiro Marcello Alencar; Ministro do Exército, General Zenildo Lucena, que acaba de dizer essas palavras de introdução; Ministro Mauro Gandra, Brigadeiro e Ministro da Aeronáutica; Senhor Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Leonel; Senhor Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Alberto Cardoso; Senhor Comandante do Estado-Maior da Esquadra, Almirante Pedrosa; Senhores oficiais-alunos; Senhores estagiários das Escolas de Guerra Naval, de Comando do Estado-Maior do Exército, da Aeronáutica e da Escola Superior de Guerra; Senhoras e Senhores,*

Quero expressar, ao iniciar esta exposição, a minha satisfação de poder estar esta manhã aqui numa reunião talvez inédita, em que nós temos, juntos, estagiários, professores, Ministros das Forças Armadas em geral, Alto Comando, o Almirantado, os que estão fazendo os seus estudos na EGN, na ESG, na Eceme e na Ecemar.

Isso é alguma coisa que me deixa muito motivado: a possibilidade de o Presidente da República, de uma maneira direta, simples, com fran-

queza, como é do meu jeito, poder se dirigir àqueles que, ou já estão no Comando das nossas Forças Armadas, ou se preparam para exercê-lo.

É sabido pela Nação o quanto eu tenho prezado, entre as múltiplas atribuições que o povo me concedeu com a qualidade de Presidente da República, o ser, também, o Comandante Supremo das Forças Armadas. Isso faz parte das atribuições do Presidente da República, e eu as exerço no mandato constitucional que me foi conferido. Mas devo lhes dizer com sinceridade e tranqüilidade – e os que têm maior contato comigo sabem disso – que eu o faço com satisfação.

Acredito que nós vivemos, hoje, no Brasil, um grande momento, um momento de reafirmação nacional, de auto-estima, de confiança na nossa capacidade, como brasileiros, de definir os rumos que melhor vão servir aos interesses do povo e do País. E este clima no qual nós desenvolvemos nossas atividades hoje, um clima de confiança mútua dos vários segmentos da população brasileira, este clima eu creio que é indispensável para que possamos efetivamente realizar, como estamos iniciando, as transformações deste país, para que possa desempenhar, no cenário internacional e para o benefício dos seus filhos, o papel que – pela sua tradição histórica, pelas suas, não diria nem potencialidades, mais até do que virtualidades, pelo que nós já somos – já nos corresponde.

E quero lhes dizer que, ao assim me expressar, ao expressar a satisfação e a tranqüilidade com que o Presidente da República se reúne com os Altos Comandos, com os oficiais superiores, com os estagiários dessas Escolas, que são Escolas de altos estudos, atesto que isso é uma demonstração inequívoca da contribuição, também, que as Forças Armadas têm prestado ao Brasil, e têm prestado neste momento, que, eu repito, é um momento grandioso do Brasil, um momento de afirmação democrática, um momento de convivência, no qual nós todos pensamos, em primeiro lugar, no que é melhor para o País, muito mais do que outro pensamento, às vezes até legítimo, do que seria melhor para cada um dos segmentos ou para cada uma das pessoas que os compõem.

Este momento de reafirmação da confiança do País naqueles que o dirigem – e quando eu digo isso digo *lato sensu*; não é a pessoa do Presidente, mas *lato sensu*: eu o coloco entre aqueles que dirigem o País –

deve ser vivido por nós com muita responsabilidade, com satisfação, mas também com muita capacidade de discernir melhor o que se deve fazer e com muita coragem, para que possamos analisar detalhadamente, o quanto possível, quais são os problemas, os obstáculos sobre os quais vamos ter que ir avançando, transformando-os em momentos propícios para a realização dos nossos objetivos.

Eu queria lhes dizer com muita franqueza, como já mencionei no início, que esta situação que nós vivemos hoje no Brasil, de redefinição de rumos, se ela tem esse lado, esse embasamento interno, se ela é fruto do amadurecimento da sociedade brasileira, também ocorre num momento de grandes transformações históricas, que podem, eventualmente, confundir a percepção do que realmente existe, de quais são as nossas opções e quais são os interesses nacionais —grandes transformações históricas que não têm a ver apenas com o fato, com todas as consequências que dele se poderá tirar, de que nós hoje não vivemos mais como há muito pouco tempo vivíamos: num mundo bipolar.

Desde a queda do Muro de Berlim — para manifestar um símbolo do que aconteceu —, nós temos, hoje, em todas as latitudes, uma homogeneização maior quanto a certos valores fundamentais: valores de liberdade, valores de predominância da racionalidade não só econômica, mas, eu insisto, social também, como componente fundamental desse novo mundo; valores de negociação, de democratização e de preocupação com algo que nos desafia, que é o fato de que o desenvolvimento tecnológico assumiu uma tal proporção que praticamente, hoje, quando existem situações de pobreza, situações de desigualdades, situações de desespero, até, já não são mais tanto pela escassez de recursos, mas pela incapacidade política de tomada de decisões e muitas vezes pela falta de capacidade e solidariedade para entender que é preciso atuar.

Isso, portanto, coloca um problema que eu diria ético. Já estamos começando a viver num mundo que, globalmente visto, não é o da escassez, mas onde há muita escassez em partes localizadas.

Se no passado, pela inexistência de meios, era possível conviver pacificamente com as desigualdades, com a miséria, com zonas de subdesenvolvimento — em nível planetário, eu me refiro, e não apenas em

nível de cada país –, hoje não existe sequer essa escusa para que esses problemas não sejam colocados na agenda e não sejam enfrentados.

Há, portanto, uma espécie de compulsão moral, que deveria levar-nos, todos, a pensar esse novo mundo que se está desenhando como um mundo que deve colocar a questão das diferenças entre nações, das diferenças entre os grupos sociais e as regiões dentro de um mesmo país como alguma coisa que tem que ser enfrentada, porque já há condições teóricas para isso.

Trata-se, portanto, de uma nova era, se eu posso dizer assim.

Eu me tenho referido freqüentemente a uma idéia que talvez seja ousada. A de que nós estamos vivendo um período de um novo Renascimento. Quando me refiro a um novo Renascimento – eu me refiro ao Renascimento clássico –, estou querendo dizer com isso que vivemos um período em que a razão humana é tão poderosa e se instrumentou de tal maneira que ela, de alguma maneira, pode controlar seu destino, o destino da humanidade.

Mas não é só por aí que eu vejo esse novo Renascimento. É que, de alguma maneira, em vários setores, as questões se transformaram em questões planetárias e que têm como sujeito a Humanidade. Isso no passado era retórica; hoje não é. O fim dos dois blocos teve muito a ver com o terror atômico e com as consequências terrivelmente devastadoras de uma hecatombe atômica, que ultrapassam, mesmo que não se queira, o limite de uma fronteira e o interesse de duas ou três potências que estejam brigando e alcançam o conjunto do globo, ainda que partes da população planetária não estivessem diretamente envolvidas no conflito.

Da mesma maneira os problemas ecológicos. Hoje em dia há uma consciência, que ultrapassa tudo o que se imaginou no passado, dessa questão que requer uma visão da humanidade no seu conjunto, uma visão planetária.

Isto foi o que, no Renascimento, deu origem à nossa civilização contemporânea: quando, com a expansão do capitalismo comercial, com os novos descobrimentos, os que viviam no centro do mundo, que imaginavam que aquilo fosse não só o centro, mas o próprio universo, tiveram que se aperceber de que na verdade havia muita diferenciação

no globo afora, tiveram que se aperceber de que haveria que se conviver com essas desigualdades e tiveram que se aperceber de que não dava para ter uma visão egocêntrica e que fosse pautada pelos interesses só de um pequeno grupo.

É claro que esses interesses se reorganizaram e tenderam a prevalecer. Mas de qualquer maneira foi um primeiro momento de expansão da mente humana e um primeiro momento de reafirmação ou de afirmação da capacidade da mente humana, racionalmente, de enfrentar soluções e de criar formas novas de convivência social e de convivência política. Deu origem também, como todo mundo sabe, a uma espécie de um *boom* extraordinário em termos artísticos e criou a ciência moderna, mais tarde a industrialização, esse desenvolvimento todo.

Pois bem. Nós vivemos, agora, uma fase em que tudo isso está sendo potencializado pelo desenvolvimento tecnológico, pela transformação, como se chama, do mundo numa aldeia global.

Daí derivam várias consequências e alguns equívocos: consequências de que seria difícil imaginar a possibilidade da afirmação autárquica de um país ou de uma região, porque o próprio sistema produtivo se globalizou. Mas isso não significa que os interesses específicos de um país devam ser desconsiderados. Isso não significa que, diante desse desafio de uma consciência planetária e da existência de certos fatores tecnológicos, de organização econômica, que se desenvolvem no plano internacional, no planeta, pura e simplesmente desapareça o interesse nacional e, menos ainda, o interesse popular.

O grande problema que se coloca para nós, brasileiros, é como redefinir esses mesmos interesses que permanecem diante de uma conjuntura que é nova e de potencialidades que são novas.

Como, de que forma, num sistema produtivo que se internacionalizou – e são fatos, não são desejos, não são nem opções; são realidades –, como, diante disso, colocar de maneira adequada os interesses que são especificamente nossos, no caso de brasileiros? De que maneira compatibilizar essas potencialidades que se desdobram ao nível internacional e que existem a esse nível com aquilo que é especificamente do nosso interesse como país, como nação? E como preservar, dentro da Nação,

os interesses que são do nosso povo, diante desse desafio que assume essa proporção que jamais assumiu na história da Humanidade?

Então, o fato é que nós, hoje – para retomar o que eu disse no início –, vivemos um momento de afirmação, de um clima de entendimento, de afirmação democrática, de contribuição dos diversos segmentos da população ao redesenho dos rumos do País. E este momento é precioso, porque, não fora este momento, as forças que existem de atração no processo globalizador não encontrariam resposta adequada em termos do filtro necessário para que se possa fazer a inserção do País nessa nova ordem econômica, sem que ela derive numa espécie de interdependência, que camufla apenas a dependência.

Nós temos a chance de, nessa redefinição dos espaços mundiais, econômicos, mais tarde políticos e já políticos e culturais, pensarmos grande e pensarmos de que modo, como nação, como país, vamos resguardar os nossos interesses nesse processo de integração.

Isso requer uma visão nova, porque a visão antiga, as respostas antigas ficam pequenas diante do desafio. Não existe mais a resposta “Vamos nos fechar”. Não existe mais. Existe outro tipo de resposta que nós temos que buscar, e temos que ter consciência na busca desse outro tipo de resposta. Como inserir-nos resguardando os nossos interesses próprios? Se quiserem, como manter o conceito de soberania diante de um mundo que, de alguma maneira, ameaça a possibilidade de definição autônoma por parte dos países, dos seus rumos? Esse é o nosso desafio.

Como redefinir e manter a nossa capacidade própria de decisão num mundo em que há condicionalidades imensas e que restringem muitas das nossas decisões? Não é fácil. Mas nós temos, hoje, já, o instrumental humano e tecnológico que permite desenhar uma política nessa direção.

Claro que o Presidente da República não diz isso a toda hora, até porque pode ser mal interpretado. Mas, nesse ambiente, eu acredito que nós devamos pensar com profundidade sobre qual é o desafio e sobre o porquê de certas ações que são tomadas diante dessa situação nova.

Se me permitem, a primeira condição que nós tivemos que enfrentar para poder responder a isso de maneira adequada foi pôr fim à desor-

dem, à doença que minava a capacidade decisória do Estado brasileiro, que era o processo inflacionário.

A inflação não apenas arruinou o povo, como, de alguma maneira, limitou a capacidade do Estado, de o próprio Estado saber em que terreno pisava. Era uma espécie de cortina de fumaça mais espessa, que impedia a aterrissagem. Não se conseguia saber nada.

Por circunstâncias alheias à minha vontade, o Presidente Itamar Franco, a quem eu devo sempre as homenagens pelo apoio constante que me prestou, me designou para ser Ministro da Fazenda num momento em que a inflação estava, digamos assim, uma hiperinflação controlada pela indexação. Chegou a 50% no último mês antes do Plano Real.

Eu lhes asseguro que nós governávamos o Brasil às cegas. Nós governávamos o Brasil sem poder saber o efeito das decisões e dando a ilusão – de que tantos gostavam – de que tudo era fácil, porque era só abrir um crédito novo, que qualquer demanda social era atendida por um crédito novo, por uma solução que era ilusória. E se perdeu a capacidade de saber custo e benefício.

E hoje se vê o sistema bancário brasileiro, o todo-poderoso de então, com pés de barro. Esses pés de barro estavam escondidos numa capa de véu de noiva da inflação. Mas quem vai casar com a inflação casa com a morte. E paga as consequências, quando a inflação decresce.

Tivemos que controlar a inflação. Custou caríssimo, não só como esforço. Mas custou caro ao País. A crise da agricultura, que aí está: levei meses, meses, para equacionar o problema da agricultura. Os próprios agricultores nem sabiam se perdiam ou se ganhavam. Não tinham idéia. Queriam só mais dinheiro do Banco do Brasil, como se o Banco do Brasil, ou seja, o Tesouro, fabricasse dinheiro do nada; como se, ao fabricar esse dinheiro, não estivesse indiretamente fazendo um imposto cruel sobre o conjunto da população.

Então, a primeira condição para que nós pudéssemos divisar qualquer coisa foi colocar um freio a essa desagregação nacional produzida pela inflação, ao amolecimento de costumes, à corrupção, que vai junto, que a inflação propiciava.

Não vou entrar nos detalhes, o que é sabido, dos esforços que estão sendo feitos nessa matéria, dos êxitos alcançados, que não devemos dormir com os louros deles porque ainda não são assegurados. Há uma primeira aproximação forte de controle inflacionário, mas que requer, ainda, energia, requer que o Governo tenha coragem de tomar medidas. Não é questão de serem impopulares, doídas, para quem as tem de tomar, porque sabe, muitas vezes, que tem que não conceder aquilo que é justo, mas que, se for concedido, mais tarde vai causar um empecilho ainda maior e vai dificultar que a justiça possa ser estabelecida de maneira mais consistente, mais tranquila e mais permanente.

Mas essa é a responsabilidade dos homens de Estado: não temer nem a impopularidade nem, o que às vezes é pior, a incompreensão. Tem que enfrentar. Mas não é o caso de recontarmos essa história.

O fato é que nós, depois de termos conseguido equacionar a questão inflacionária, passamos a ver o tamanho dos nossos problemas.

No campo político, nós tínhamos – e temos – que enfrentar alguns problemas sérios. Não vou me referir a problemas de base, à representação política, ao sistema eleitoral, à fragilidade do sistema partidário, à possibilidade ou não de fortalecer esse sistema partidário, que já, por si, é um problema muito sério – e que não é um problema brasileiro; é um problema, hoje, que assola várias instituições governamentais do mundo todo: as dificuldades, numa sociedade de massas – populações imensas que se alfabetizam, que vêm para as cidades, que são bombardeadas pela informação, que têm acesso à mídia, que sabem do que está acontecendo, que, portanto, formam opiniões, formam expectativas, se organizam e pressionam –, de essa população ser representada por partidos.

Os partidos, cada vez menos, são formas de agregação em função de valores, como foram, em muitos momentos, democratização ou nacionalismo ou internacionalismo ou autoritarismo. Qualquer que seja o valor. Um valor que junta. É mais fácil quando há um valor. Entende-se o valor. Mas a verdade é que, no mundo todo, hoje, os valores agremiam menos que os interesses. E os interesses, cada vez mais, são fragmentados, dentro de cada partido.

Não discuto a legitimidade deles. Podem até ser. Em geral são. Nem mesmo quando eles são individuais. Alguns são interesses respeitáveis. O fato é que há uma espécie de parcelamento desses interesses, que dificultam enormemente o processo de tomada de decisão.

As pessoas não têm consciência. Os atores não têm consciência desse processo mais geral. Mas aqueles que dirigimos o País temos que ter consciência. E temos que saber que estamos lidando com uma situação social, com um processo, que, muitas vezes, se revela a nós de maneira brutal, como um interesse que me parece escuso. Mas eu tenho que entender que, embora, às vezes, até seja, isso faz parte de um processo dessa reorganização global da sociedade em que não há formas agregativas.

Esse já é um problema imenso, com o qual vamos nos defrontar nos próximos anos e é parte daquilo que disse no início, de uma condição para que possamos definir, de forma consequente, coerente, os nossos interesses populares e nacionais, dentro desse contexto de globalização.

Pois bem, além disso, nós temos outros problemas mais diretos, no que diz respeito à própria organização do Estado brasileiro. Muitos dos senhores têm experiência mais longa do que eu no trato do Estado brasileiro. Minha formação foi longe do Estado. Foi na universidade, durante décadas. Não obstante, por menor que seja a experiência de cada um de nós, e os que temos um pouco mais, sabemos com mais consistência, sabemos que o Estado brasileiro também foi vítima desse mesmo processo de quase anomia, de desagregação, provocado não só pela inflação, mas também pelos processos políticos a que me referi, que vão minando a legitimidade e a autoridade, de tal maneira que, hoje, uma das tarefas mais difíceis é a reorganização do Estado —reorganização para dotar o Estado de uma maior operacionalidade, reorganização para dotar o Estado da capacidade de estar afinado com o País e, sendo capaz de orientá-lo nos desafios que mencionei há pouco, aumentar o coeficiente tecnológico dentro do Estado, de competência dentro do Estado e fazer com que os vários setores do Estado conversem uns com os outros.

Pode parecer elementar, mas é difícil articlar o Estado, fazer com que o Estado não seja apenas um conjunto de funcionários ou um

, conjunto de corpos, mas que ele seja algo articulado e que tenha um comando político que dê um rumo a esse aparelho do Estado.

É longo. É um processo. Não é uma lei. Estou enviando várias emendas à Constituição. Todo mundo sabe disso. Eu luto por elas. Vou continuar lutando. Sei que elas são importantes. Mas sei, também, que não basta, porque não é uma lei, é mais do que isso: é um processo. A mentalidade tem que mudar. É uma cultura que nós temos que mudar, para que possamos avançar efetivamente nessa reorganização do Estado.

Mas, se eu quiser ser mais específico nessa reorganização do Estado, eu devo me referir, também, a que, no momento em que nós nos defrontamos... E hoje realizarei alguns dados, algumas informações. E vou me permitir abusar do tempo, se for necessário, porque é tão raro eu poder conversar, de peito aberto, com tanta gente, que, se o Comandante da Escola permitir, eu não vou ficar muito preso ao tempo.

Mas o que eu queria lhes dizer é que, nessa reorganização do Estado, vou me referir mais especificamente a alguns dados, a algumas informações mais adiante, tendo em vista o pano de fundo que, muito rapidamente, pinciei aqui. Nós precisamos de um Estado mais eficiente, que não vai se medir pelo tamanho. Eu vejo sempre essa referência: "Tem que diminuir o Estado." Eu não sei qual é o tamanho. Isso não importa. Qual é a eficiência? O que ele faz? Ele está preparado para cumprir as funções? Está cumprindo essas funções ou não está?

Essa reorganização vai abranger, nesse processo, todas as áreas. Vou lhes dar dois ou três exemplos. Tomemos a área econômica do Estado. Nós temos uma certa tradição de organização de empresas estatais, muitas delas competentes, eficientes.

Pois bem, nós temos muito menos tradição, até porque nós expandimos o setor produtivo estatal direto, de um Estado fiscalizador e regulamentador. De alguma maneira, algumas funções de fiscalização e de regulamentação do Estado foram absorvidas pelos entes estatais que produziam. Um exemplo direto: o Conselho Nacional do Petróleo foi, praticamente, absorvido pela Petrobras. Quem faz a política do petróleo? Quem faz é a empresa. Não critico. Verifico.

Na questão energética, qual é o órgão que controla? É o DNAEE. Quem compõe o DNAEE? Os funcionários das empresas geradoras de energia, geralmente estaduais. Onde é que está o interesse público? O do contribuinte? O do consumidor? O do Governo Federal? Muitas vezes, está desaparecido. Alguém quis isso? Ninguém quis isso. Foi acontecendo.

Como é que vou privatizar? Vejo tantas críticas quanto à falta de velocidade do processo de privatização. Como vou privatizar, se não tenho um órgão regulador, se não tenho um órgão capaz de definir uma política de tarifas e que seja um órgão que responda ao interesse público, e não ao interesse do setor? No momento, esse setor é estatal. Nem aí deveria ser assim, porque burocracia estatal não equivale ao interesse público. Mas amanhã, quando não for nem sequer a burocracia estatal, quando for empresa privada? Quem vai regulamentar isso? Quem vai definir a tarifa? Quem vai definir a distribuição de concessões, entre as zonas mais desenvolvidas e as mais atrasadas do Brasil?

Eu preciso disso. Se não tiver isso, se não reorganizar o Estado, nesse sentido de um Estado capaz de fiscalizar, de controlar, de olhar o bem público e de ter canais de comunicação com a sociedade para que esse bem não seja simplesmente derivado da mente daqueles que estão à testa, eventualmente, naquele momento, do aparelho estatal, eu não tenho condições de um Estado adequado para os desafios contemporâneos.

Dirão: "Mas por que privatizar?" Porque não se tem mais condição de, dentro do aparelho estatal, através da sociedade, gerar recurso para o investimento. Estamos lutando, neste momento, para tentar obter um pouquinho mais de saúde, e olha a dificuldade para se obter um voto. Imaginem se o Governador Marcello Alencar vai pedir ao povo do Rio de Janeiro que ele mantenha a Light melhor. Quem paga? Mudou a percepção da sociedade sobre o papel do Estado como canalizador de recursos. Não há recursos.

Mas, por não haver recursos, fazer apelo à iniciativa privada não exime o Estado de outras funções. Não quero nem entrar na discussão de se ele cumpre bem ou mal a função produtora direta. Em algumas empresas, cumpre muito bem. Noutras, mal. E em várias delas há pene-

tração do interesse político e há corrupção. Eu sei. O que não quer dizer que se elimine a corrupção, mesmo no setor privado. Mas quer dizer que, naquilo que corresponde ao interesse específico do Estado como tal, nós temos que redefinir o aparelho estatal, para que ele tenha outro tipo de pessoas, órgãos, competências, capacidade técnica, para poder conduzir esse processo. Ou alguém vai imaginar que, pura e simplesmente, deixadas ao interesse do setor privado, as coisas vão funcionar às mil maravilhas? Nunca é assim.

O fato de existir privatização não elimina a necessidade de existir um Estado competente, que fiscalize, que responda pelo interesse público e que seja capaz, com energia, de coibir abusos.

Na área econômica, já se tem uma certa consciência disso. Dentro de pouco tempo, o Congresso vai estar discutindo leis que, no fundo, são de reformulação do Estado, embora eu não as expresse dessa maneira no momento de enviá-las ao Congresso, mas são leis que vão definir os mecanismos de regulação do sistema telefônico, do sistema energético, o que se faz com as estradas de ferro, com os portos – aliás, nós estamos trabalhando com a ajuda da Marinha. Enfim, em vários setores, nós já estamos avançando nisso.

E o setor social? Eu, ao assumir o Governo, fechei dois Ministérios: o Ministério do Bem-Estar Social e o Ministério da Integração Regional. Por que os fechei? Porque eram guichês de vinculação clientelística, para não dizer, também, áreas em que havia suspeita de corrupção.

Só esse fato já produz uma enorme confusão, porque setores políticos que estavam interessados na intermediação dos mecanismos de assistência se sentem desamparados. Setores que são assistidos por aquela forma antiga legitimamente protestam, porque se sentem, eventualmente, prejudicados. Não sabem qual é a regra nova, etc., etc. Muito bem. É preciso reorganizar isso. Como? Descentralizando. De acordo? Mas, para descentralizar é preciso modificar, também, o aparelho do Estado.

Tomemos o SUS, na questão da saúde, o Sistema Único de Saúde. O Governo Federal, crescentemente, passa recursos aos estados, aos municípios, os quais os repassam à rede hospitalar privada. Não vou nem

entrar na discussão, no mérito, se isso é bom ou se isso é errado. Está aí. Está na Constituição.

Bem, mas o Estado, o Ministério da Saúde tem que se aparelhar. Para quê? Para fiscalizar, para promover, para reorganizar tudo isso.

A mesma coisa, e com mais força, se diga dos antigos convênios do Ministério do Bem-Estar Social. Há que ter outros critérios, para evitar o clientelismo e a corrupção. Há que fazer com que a sociedade participe disso.

Outro dia, um parlamentar reclamou a mim. Disse: "Olha, um programa de habitação que a Caixa Econômica está fazendo é um programa muito bom, mas nós não temos mais nada com ele." Eu perguntei: Mas vocês tinham que ter? Por quê? Para que haja a atribuição de um empréstimo para a construção de casa precisa passar pela intermediação política?

De novo a questão da mentalidade. É preciso refazer os objetivos dos homens políticos, para que eles entendam que têm é que discutir a política de saúde e que a população tem que aprender também que ela vai cobrar do seu representante não é a dádiva de tanto ou quanto, para este ou para aquele, mas é a política de saúde. São os critérios de eficiência. É cobrar do Ministro, reclamar, fazer discurso. Isso está certo. Mas isso tudo precisa de tempo, porque é uma reorganização, não só da instituição do Estado – difícil, porque os setores existentes reagem, não querem mudar, é normal – como, também, daqueles que são beneficiados pelo sistema e dos que são intermediários do sistema.

Bem, esse objetivo de reorganizar o Estado é fundamental. No campo político, isso me interessa. E me interessa profundamente. Acho que essa ação política interna do Governo, que não tem que estar a toda hora exposta na sua complexidade, nem mesmo na sua totalidade, é fundamental, porque nós temos que ver essa transformação como um processo.

Mas se nós não modificarmos a estrutura do Estado brasileiro, no sentido que estou dizendo, não só da estrutura morfológica, mas das práticas institucionais, da cultura da ação do setor público, não vamos estar à altura de responder aos desafios, que já estão postos à nossa